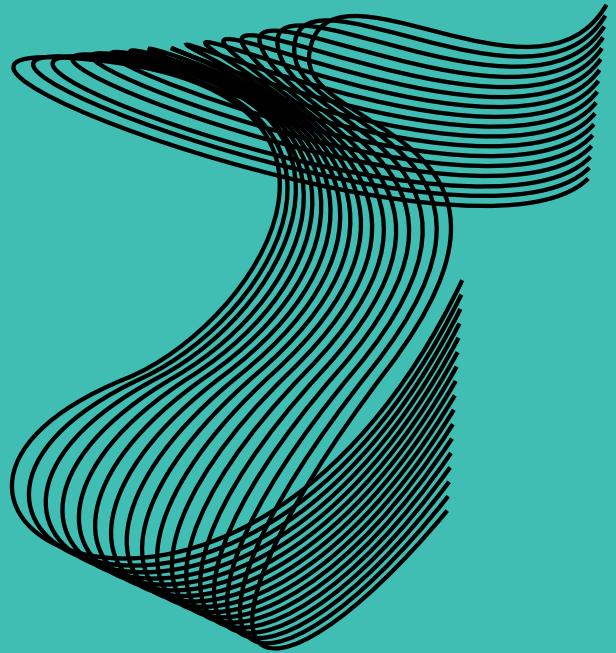


# TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades  
de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho  
metropolitano brasileiro

**Ano VI; Vol. 6; nº 8, Agosto, 2014**

(Eleições 2014 e as propostas para a igualdade racial)

**ISSN 2177-3955**

## Sumário

1. Apresentação
2. Propostas dos candidatos à Presidência da República sobre políticas de promoção da igualdade racial
3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal em 4 RMs
4. Evolução da taxa de desemprego em 4 RMs
- Anexo I. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro
- Anexo II. Quadro dos pontos programáticos dos candidatos à Presidência da República na área da promoção de igualdade racial

### 1. Apresentação

Com a presente edição, o **LAESER** dá continuidade ao boletim “Tempo em Curso”, já em seu 58º número. Esta publicação se dedica à análise da evolução dos indicadores do mercado de trabalho nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Da mais ao Norte para a mais ao Sul, estas são as seguintes: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

Os indicadores do “Tempo em Curso” se baseiam em duas fontes principais. A primeira delas é a PME, divulgada em formato de microdados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no portal ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)). A segunda fonte de dados é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também divulgado em formato de microdados em seu portal (<http://portal.mte.gov.br>). Ambas as bases são tabuladas pelo **LAESER** no banco de dados “Tempo em Curso”.

Assim como já ocorreu na edição de julho de 2014, no presente número, não foi possível dar prosseguimento às usuais séries dos indicadores de mercado de trabalho baseados nos microdados da PME para as seis maiores RMs. Em consequência da paralização dos servidores do IBGE, até a data do fechamento do Tempo em Curso, os microdados do mês de junho de 2014 haviam sido divulgados apenas parcialmente, contando com somente quatro RMs: Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP).

A principal dificuldade advinda da ausência dos dados de duas das RMs é a impossibilidade estatística de se construir uma média que seja representativa para o conjunto das seis maiores regiões. Sendo assim, o anexo estatístico dessa edição conta com apenas dois indicadores extraídos da PME: o rendimento médio do trabalho principal e a taxa de desemprego, ambos desagregados pelas quatro RMs divulgadas e comentados no texto deste “Tempo em Curso”. Além deles, o anexo estatístico contém as já habituais tabelas de indicadores provenientes do CAGED.

O tema especial do boletim deste mês é um estudo das propostas sobre as políticas de promoção da igualdade racial. Este levantamento foi extraído a partir dos programas de governo dos candidatos à Presidência da República, tais como registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É importante lembrar que esta será a segunda vez que o **LAESER** realiza esta análise. Assim, o “Tempo em Curso” de setembro de 2010 se dedicou ao mesmo debate no cenário eleitoral daquele ano<sup>1</sup>.

Deste modo, tanto naquele momento, como no atual, acredita-se estar elaborando importantes contribuições para a qualificação do debate político do país. Nunca sendo demais destacar que as políticas de promoção da igualdade de cor ou raça, especialmente as ações afirmativas para afrodescendentes no acesso às universidades públicas, continuam sendo um dos assuntos mais polêmicos vivenciados pela sociedade brasileira no período contemporâneo. Portanto, tal realidade mais que justifica uma atenta leitura das propostas a este respeito por parte dos candidatos aos diferentes cargos em disputa.

O presente estudo está sendo editado ainda dentro do contexto do trágico acontecimento que ceifou a vida do candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos. Diante do triste fato, o “Tempo em Curso” presta homenagem à memória do ex-governador de Pernambuco.

### 2. Propostas dos candidatos à Presidência da República sobre políticas de promoção da igualdade racial (anexo II)

#### 2.a. Considerações metodológicas

<sup>1</sup> Para acessar a análise das propostas sobre políticas de promoção da igualdade racial dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2010, ver: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/tempo%20em%20curso/TEC%202010-09.pdf>

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em agosto de 2014, existiam 32 Partidos Políticos registrados em todo o país (<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>). Deste total, 11 apresentaram candidaturas à Presidência da República nas eleições de 2014, fosse individualmente ou em coligação com outras agremiações.

Em ordem alfabética, os 11 candidatos à Presidência da República são (esta ordem será mantida quando da exposição das propostas de cada candidatura):

- **Aécio Neves**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representando a coligação *Muda Brasil* (composta pelos partidos PSDB; PMN; SD; DEM; PEN; PTN; PTB; PTC; PT do B);
- **Dilma Rousseff**, do Partido dos Trabalhadores (PT), liderando a coligação *Com a força do povo* (formada por PT; PMDB; PSD; PP; PR; PROS; PDT; PC do B; PRB);
- Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (**Eduardo Jorge**), do Partido Verde (PV);
- Everaldo Dias Pereira (**Pastor Everaldo**), do Partido Social Cristão (PSC);
- José Maria de Almeida (**Zé Maria**), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU);
- José Maria **Eymael**, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC);
- **Levy Fidelix**, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB);
- **Luciana Genro**, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL);
- **Marina Silva**, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), substituindo o candidato Eduardo Campos, após seu falecimento em um acidente aéreo em 13 de agosto de 2014, durante a campanha presidencial. O PSB lidera a coligação *Unidos pelo Brasil*, composta por PHS; PRP; PPS; PPL; PSB; PSL;
- **Mauro Iasi**, do Partido Comunista Brasileiro (PCB);
- **Rui Costa Pimenta**, do Partido da Causa Operária (PCO).

A pesquisa sobre as propostas dos candidatos na área da promoção de igualdade racial foi feita a partir dos respectivos programas das candidaturas presidenciais, todos disponibilizados no site do TSE (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>). Os referidos programas foram obtidos no portal do TSE em 31 de julho de 2014.

O método de pesquisa foi a busca por palavras-chaves relacionadas a políticas de promoção de igualdade racial.

Na pesquisa foram aplicadas as seguintes palavras ou expressões: i) racismo; ii) igualdade racial; iii) cor ou raça; iv) SEPPIR; v) discriminação racial; vi) quilombos; vii) ações afirmativas; viii) cotas; ix) ProUni; x) negros; xi) pardos; xii) pretos; xiii) afro-brasileiros; xiv) Fundação Cultural Palmares; xv) intolerância religiosa; xvi) comunidades tradicionais; xvii) antirracismo; xviii) Estatuto da Igualdade Racial; xix) Programa Juventude Viva; xx) Lei 10.639; xxi) escravo; xxii) tráfico; xxiii) diáspora; e xxiv) reparação.

Depois de realizada a busca, as propostas coletadas nesta área temática foram organizadas em um quadro sintético, contendo todos os pontos programáticos de cada candidato em que estas palavras-chaves encontravam-se mencionadas (ver anexo II).

A análise feita na edição do "Tempo em Curso" se dedica a cinco áreas de políticas públicas, que foram consideradas entre as de maior destaque no quadro atual de luta para a promoção da igualdade racial: i) políticas de ação afirmativa; ii) titulação das terras quilombolas; iii) violência contra a população negra; iv) saúde da população negra; e v) intolerância religiosa.

Cabe ressaltar que o tipo de pesquisa realizada, dada a sua natureza, pode conter algum grau de imprecisão. Assim, por mais que se persiga uma abordagem plenamente objetiva, no caso do presente estudo, diferentemente dos baseados em indicadores sociais, se está trabalhando com informações que inevitavelmente implicam em algum grau de interpretação do texto contido na carta programática de cada candidatura. Desta forma, não há como se garantir que se tenha conseguido descrever com plena certeza o que cada candidato quis exatamente dizer em cada uma das passagens selecionadas.

Mesmo as 24 expressões indicadas acima podem não ter sido suficientemente exaustivas a ponto de se poder garantir peremptoriamente que tenham abrangido a totalidade de possibilidades de propostas dos candidatos à Presidência da República no que tange às políticas de igualdade racial. De igual maneira, em alguns momentos, observou-se que as palavras-chave pesquisadas foram mencionadas em um número superior de trechos nos documentos analisados.

Pode-se assegurar que todas as candidaturas presidenciais, independentemente de seu histórico ou inclinações ideológicas, foram tratadas de forma respeitosa e equânimes. Mesmo que alguns programas

tenham contido propostas que aparentemente seriam mais irmanadas aos princípios das políticas de igualdade racial, isto em absoluto implica que esta publicação esteja indicando ou deixando de indicar o voto em qualquer um dos pleiteantes ao cargo de Presidente da República.

Acredita-se que o exercício da cidadania seja melhor praticado quando os cidadãos estão bem informados sobre a plataforma de cada candidato, isto considerando o conjunto de temas relevantes para serem debatidos quando do momento das eleições gerais, tal como ocorrerá em mais algumas semanas no Brasil. E as políticas de igualdade racial, seguramente, fazem parte deste rol.

De qualquer maneira, visando-se evitar algum mal entendido em relação ao modo pela qual a presente análise foi realizada, sempre que viável, buscou-se dar voz ao conjunto de plataformas utilizando citações literais dos programas de cada candidato. Do mesmo modo, no anexo II desta edição poderão ser vistas as passagens retiradas dos programas de cada candidato (dada a busca pelas 24 palavras-chave já mencionadas) e que balizaram o presente estudo. Assim, o leitor desta edição de "Tempo em Curso" poderá tirar suas próprias conclusões sobre cada programa.

Este boletim será enviado para os correios eletrônicos de todos os candidatos à Presidência da República. Assim, no caso de alguma divergência, estas mesmas candidaturas poderão enviar seus pedidos de retificação para o **LAESER** que, por sua vez, se comprometerá em divulgá-las (dependendo do tamanho do texto, de modo resumido) no anexo da edição de setembro de "Tempo em Curso".

## **2.b. Propostas dos candidatos à Presidência da República na área de promoção da igualdade racial**

### **2.b.1. Políticas de ação afirmativa**

No que tange ao tema das "Políticas de Ação Afirmativa", apenas quatro candidatos apresentaram, em seus programas registrados no TSE, propostas favoráveis neste sentido: PSDB, PT, PSTU e PSB. Nas eleições de 2010, foram três as candidaturas que defenderam este tipo de política: PT, PSTU e PV.

Na candidatura do PSDB, é expressamente indicada a "defesa e manutenção das ações afirmativas de inclusão

social, inclusive cotas, em razão de raça". Em 2010, este partido não mencionava o tema das ações afirmativas em seu programa. Por outro lado, é interessante recuperar o fato de que um dos principais partidos que compõe a coligação com os tucanos, os Democratas (DEM), até bem recentemente se manifestou, inclusive no Supremo Tribunal Federal (STF), contrário a este tipo de medida. Neste plano, a coligação "Muda Brasil" acabou optando por uma linha programática diferente da posição assumida por ao menos um de seus partidos coligados há poucos anos atrás.

A candidatura petista defende a manutenção e ampliação dos programas de ação afirmativa na educação. "A grande transformação que os governos do PT e de seus aliados vêm promovendo no ensino expressa-se, também, (...) na adoção da lei de cotas nas universidades públicas e nos 3 milhões de estudantes que tiveram oportunidade de fazer um curso superior graças ao ProUni e ao FIES". Igualmente, as cotas nos exames vestibulares e nos concursos públicos são um dos pontos destacados por este partido: "A luta contra a discriminação e a promoção da igualdade racial continuarão tarefas prioritárias de nosso governo. Temos o desafio de tornar realidade a Lei de Cotas no serviço público federal, sancionada em junho de 2014, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela lei de cotas nas universidades públicas".

O tema das ações afirmativas no serviço público é também presente na campanha do PSTU, que igualmente defende uma ampliação das cotas no ensino superior. "O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades e serviços públicos".

O PSB aponta, entre seus pontos programáticos, a intenção de "reforçar políticas de igualdade racial, inclusive a manutenção das cotas, como parte de um processo de restauração do equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias".

Da leitura do conjunto das plataformas das candidaturas presidenciais, identificou-se duas passagens que sugerem posições reticentes em relação às ações afirmativas.

O PSC defende "tratamento estatal isonômico para toda a sociedade, com a promoção de políticas públicas que garantam que os menos afortunados possuam condições satisfatórias para exercício do autodesenvolvimento, sem distinção de cor, credo ou qualquer outra forma

discriminatória". Ou seja, apesar de o PSC não mencionar as ações afirmativas em prol dos afrodescendentes em seu programa (nem positiva, nem negativamente), dada a maneira pela qual denota compreender as políticas públicas (em viés puramente universalista, vale relembrar que as ações afirmativas podem ser entendidas como políticas de discriminação positiva), fica sugerido que esta agremiação tem posição contrária.

Já a proposta da PCO menciona as ações afirmativas apenas uma vez: "não será através de políticas e ações afirmativas que a população negra acabará com a opressão racial, mas somente por meio da luta política capaz de destruir o estado burguês no processo revolucionário pela construção do socialismo". Assim, da leitura do texto deste partido, fica sugerido que ou esta agremiação considera as ações afirmativas como uma política pública de menor importância, ou que não é a favor das políticas de ações afirmativas para os afrodescendentes.

As demais candidaturas não fizeram menção ao tema das ações afirmativas.

De qualquer forma, considerando as atuais pesquisas de intenção de voto, destaque-se que as três principais candidaturas presidenciais declaram-se expressamente favoráveis às ações afirmativas para afrodescendentes através de cotas, seja em concursos, seja nos exames de acesso às universidades públicas. Talvez este novo consenso expresse a plena aceitação que este tipo de política encontrou junto à maioria da população brasileira, incluindo, naturalmente, a parcela votante.

## 2.b.2. Titulação das terras quilombolas

Apenas o PSB, o PCB e o PCO apontam a titulação da terra quilombola em seus programas.

O PSB apoia a intensificação dos "processos de reconhecimento dos quilombos e o apoio à gestão de seus territórios". Entre as outras propostas do partido para as populações tradicionais, deve ser mencionado: i) a implementação de uma "Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Quilombolas, reconhecendo e respeitando seus direitos, conhecimentos, práticas, tradições e suas formas de organização social"; e ii) a criação de um "programa público de compensação financeira a comunidades tradicionais e agricultores familiares por serviços de preservação de recursos naturais e conservação da biodiversidade".

O PCB defende a garantia à "terra aos povos originários e quilombolas, integrando-os ao esforço coletivo de produção social da vida e da existência, respeitadas suas especificidades culturais e políticas".

O PCO menciona a defesa da "garantia da posse de terras aos remanescentes de quilombos", mas sem especificar as políticas a serem implementadas neste plano.

Para além do problema da titulação das terras, a candidatura tucana defende a "implementação de programas de apoio e auxílio a comunidades quilombolas", bem como a "oitiva permanente, através do Fórum Nacional de Diálogo, das reivindicações dos movimentos sociais que lutam pela garantia de direitos de Negros, Indígenas, Ciganos, Quilombolas e LGBT".

Já o programa petista se compromete com o fortalecimento da "reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono e a aposta no uso de recursos naturais como a melhor forma de sua preservação, em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade". Contudo, por mais que se saiba que dentro das *populações tradicionais* usualmente se encontram as comunidades quilombolas, nesta passagem não se encontrou elementos mais objetivos sobre as políticas que serão adotadas para esta população em específico.

A falta de uma menção específica ao tema da titulação das terras quilombolas por parte da maioria das candidaturas, bem como por parte de algumas das agremiações partidárias de maior presença parlamentar não deixa de ser decepcionante. Neste caso, vale frisar que tal lacuna pode ser encontrada em partidos de diferentes inclinações ideológicas.

O fato é que desde a promulgação da Constituição em 1988, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº 68 já indicava o direito destas populações a suas terras. Por outro lado, ainda hoje está para ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.289, que questiona o Decreto Presidencial 4.887, de 2003, que trata do processo de regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

Sabe-se que atualmente existem pressões contrárias às titulações de terras quilombolas (assim como das indígenas) por parte de importantes segmentos do meio empresarial do país. Talvez tais influências possam ter

inibido a presença de um espaço mais generoso para o problema da titulação das terras quilombolas na plataforma das diferentes candidaturas. De qualquer modo, a ausência de uma menção expressa a este tema por parte da maioria das candidaturas sinaliza que o assunto não é prioridade em suas agendas de campanha, e, muito possivelmente, uma vez eleitos, de governo.

### **2.b.3. Violência contra a população negra**

O enfrentamento dos altos números de homicídios no Brasil, em especial da população preta & parda, é um tema de cinco campanhas à Presidência: PT, PSTU, PSOL, PSB e PCO.

O programa do PT menciona como especialmente importante “o enfrentamento da violência contra jovens negros” e a necessidade de fortalecer e ampliar o Programa Juventude Viva.

Na campanha eleitoral do PSTU, menciona-se o fato que “a população negra é a que mais sofre a exploração e a opressão em nossa sociedade. São os que recebem os menores salários e a violência genocida da Polícia Militar nas periferias”.

O programa do PSOL traz alguns indicadores sobre a população carcerária no Brasil e evidencia que a sua maioria é formada por pardos e negros, bem como os que não possuem o Ensino Fundamental completo. O partido propõe “um conjunto de propostas que começa apontando para o fim da chamada guerra às drogas. Esta guerra é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao racismo. A morte de Amarildo, Cláudia e DG, dentre tantos outros, também é resultado da guerra às drogas. Ela legitima a violência e as violações aos direitos humanos cometidas pelo próprio Estado contra os pobres”.

Também o PSB apresenta indicadores de vitimização da população brasileira por homicídio em sua proposta, apontando que a maioria das vítimas são homens (92%) e negros (71,4%). Desta forma, segundo o partido “morrem de forma violenta no Brasil essencialmente homens, jovens, negros e pobres. Replica-se, portanto, no tema da segurança, o processo de exclusão social, que não pode ser superado apenas por meio da atuação policial”. Como solução a este problema, o PSB sugere “criar e implementar políticas públicas voltadas

para extratos mais vulneráveis da população, em que se observa um aumento dos índices de violência, como mulheres e jovens”.

O PCO denuncia “a brutal onda repressiva que se acentuou em todo o País contra a população trabalhadora (UPP's e outras formas de ocupação de comunidades operárias, aumento da matança da população pobre e negra pela PM, assassinatos de sem terras etc.), suas organizações (pesadas multas contra sindicatos, intervenção da Justiça e do MTE nas organizações sindicais de diversas formas) e contra suas lutas (brutal repressão contra as greves, decretação de “ilegalidade” das mobilizações operárias como na ditadura militar etc.”. E ainda, “casos como o de Amarildo e Cláudia (no RJ) – ambos negros – assassinados PM, as UPP's, nos massacres dos sem-terra, evidenciam os métodos de terror que o atual regime usam contra a população pobre, de maioria negra no País”. Em resposta a estes problemas, o PCO propõe “acabar com a máquina de guerra e terror contra a população pobre e negra que é a Polícia Militar. Dissolução da PM e de todo o aparato repressivo” e traz como proposta a criação de “milícias populares controladas por trabalhadores”.

Sinteticamente, pode-se apontar que foram justamente os partidos mais à esquerda que tiveram uma maior preocupação em apontar o problema da violência contra a população negra dentro de suas plataformas. Todavia, os alarmantes índices de homicídios vitimando pretos & pardos, especialmente jovens e do sexo masculino<sup>2</sup>, poderiam ter sido tratadas de forma mais atenta pelo conjunto das agremiações em disputa. De qualquer forma, mesmo entre os partidos políticos que abordaram o assunto talvez ainda exista um déficit em termos das políticas que efetivamente poderiam ser adotadas para reverter este quadro tão especialmente dramático que se volta contra dezenas de brasileiros a cada ano.

### **2.b.4. Saúde da população negra**

Do total de onze candidatos à Presidência da República, apenas o programa do PCO trata especificadamente do tema da saúde da população negra.

De acordo com este partido, “Para os governos capitalistas não existe necessidade de um programa de saúde para combater as doenças que matam a população negra. Por outro lado, os índices oficiais indicam que as

<sup>4</sup> A este respeito ver “Tempo em Curso - Vitimização por homicídios no Brasil”, ano VI, v. 6, n. 7, Julho, 2014.

três principais causa de óbito entre a população negra são o alcoolismo, a pressão alta e anemia falciforme. E por sua vez, os médicos garantem que as mortes ocorrem por falta de um diagnóstico correto. Assim, é necessária uma campanha política de esclarecimento e por reivindicações imediatas que impeçam a permanência dessa situação”.

As políticas propostas nesta área pelo PCO incluem: i) “o atendimento aos portadores de doenças etno-raciais pelo SUS”; ii) “a realização de exames laboratoriais nos recém-nascidos para diagnóstico de hemoglobinopatias - anemias falciformes e leucopenia; e iii) “a assistência e acompanhamento médicofinanceiro para os portadores destas doenças [anemias falciformes e leucopenia]”; e “a realização de uma campanha de esclarecimento e educativa sobre anemia falciforme e leucopenia”.

O problema da saúde da população negra vem sendo um dos eixos da agenda de lutas do movimento negro contemporâneo em todo o país. Diferentes estudos revelaram que os pretos & pardos são os mais acometidos por morbimortalidades como mortalidade materna, tuberculose, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, anemia falciforme, isto entre outros vetores<sup>3</sup>. Do mesmo modo, outras contribuições demonstraram convincentemente que um dos impeditivos à plena universalização do Sistema Único de Saúde (SUS) diz respeito ao racismo institucional presente dentro dos diversos estabelecimentos de atendimento à saúde da população brasileira.

Não deixa de ser um fato a ser lamentado que, com exceção de um único partido, esta questão tenha passado despercebida pelo conjunto de candidaturas em disputa.

## 2.b.5. Intolerância Religiosa

Nenhum dos presidenciáveis apresentou propostas de política de combate à intolerância religiosa.

Apenas no programa do PSDB, encontra-se uma menção bastante genérica à “implementação de políticas públicas contra a qualquer tipo de intolerância”.

Já o PCB apenas menciona a intolerância religiosa, juntamente com outros tipos de preconceitos em seu quadro sobre a crise da sociedade atual: “Culturalmente vivemos uma época de regressão: uma profunda individualização da vida, o reaparecimento e fortalecimento de estigmas

e preconceitos, como o recrudescimento do machismo, da homofobia, da xenofobia e do racismo, da intolerância religiosa aqui e no mundo todo que seguiu pelo mesmo caminho”.

A ausência ao tema da intolerância religiosa parece caminhar na contramão da importância que esta questão veio assumindo junto a diferentes setores da sociedade civil brasileira, em especial às lideranças das religiões de matriz afro-brasileira. Assim, considerando o grande peso relativo do eleitorado afiliados a outras formas religiosas, parece que esta importante questão – que se refere ao direito de liberdade religiosa, consagrado na Constituição brasileira de 1988 –, não se tornou convidativa para a maioria dos partidos e respectivas coligações.

## 3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal em 4 RMs (tabelas I e II)

Em junho de 2014, o rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada de ambos os sexos foi de R\$ 1.496,27 para a RM de Recife; R\$ 1.892,76 para a de Belo Horizonte; R\$ 2106,29 para a RM de São Paulo; e R\$ 2.266,63 na RM do Rio de Janeiro.

Na comparação com junho de 2013, houve aumento real de rendimento para a PEA ocupada de todas as RMs aqui analisadas. A maior elevação se deu na região metropolitana do Rio de Janeiro (6,5%), seguida por Recife (3,9%), São Paulo (0,6%) e Belo Horizonte (0,2%).

Grande parte desta elevação no rendimento médio da PEA ocupada total se deve à valorização dos rendimentos da PEA preta & parda, já que a PEA branca experimentou queda em três das quatro RMs. A mais significativa queda verificada no período ocorreu na RM de Recife, onde o rendimento médio da PEA branca caiu 1,8%, com o rendimento chegando a R\$ 1.860,61 em junho de 2014.

Em São Paulo, a queda do indicador da PEA branca de ambos os sexos foi de 1,4%, e o rendimento alcançou R\$ 2.106,29; enquanto em Belo Horizonte a variação negativa foi de 0,5%, e o indicador ficou em R\$ 2.492,14. Apenas no Rio de Janeiro o rendimento da PEA branca variou positivamente: o mesmo chegou a R\$ 2.944,98 em junho de 2014, ficando 9,2% maior do que aquele verificado em junho de 2013.

<sup>3</sup> Um panorama sobre esta questão pode ser visto no Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2009-2010, capítulos 2 e 3.

Já a PEA preta & parda de ambos os sexos viu seu rendimento médio crescer em todas as regiões pesquisadas entre junho de 2013 e junho de 2014, com destaque para Recife, cujo rendimento variou 8,4% e chegou a R\$ 1.331,39. Verificaram-se ainda aumentos de 6,5% no Rio de Janeiro (R\$ 1.635,75 em junho de 2014), 4,7% em Belo Horizonte (R\$ 1.530,11 em junho de 2014) e 3% em São Paulo (R\$ 1.437,60 em junho de 2014).

Desagregando por sexo, podemos perceber que a queda no rendimento médio da PEA branca se deveu principalmente ao comportamento do rendimento médio dos homens brancos, que caiu no Recife (8,7%), São Paulo (2,2%) e Belo Horizonte (1,6%). A exceção novamente é o Rio de Janeiro, localidade onde a PEA branca do sexo masculino auferiu em média 7,9% a mais do que em junho de 2013.

Já as mulheres brancas tiveram aumento do seu rendimento médio em todas as regiões pesquisadas, com destaque para o Rio de Janeiro (10,8%) e Recife (8,5%), seguidas por Belo Horizonte (1,1%) e São Paulo (0,6%).

No caso da PEA preta & parda, houve aumento do rendimento médio para ambos os sexos em todas as regiões pesquisadas. No caso dos homens, o destaque foi a região de Recife, onde o aumento foi de 8,5%, seguida por Belo Horizonte (6,4%), Rio de Janeiro (5%) e São Paulo (3,9%). Já para as mulheres, o maior aumento se verificou na RM do Rio de Janeiro (10,1%). Em seguida, aparecem as regiões de Recife (8,7%), Belo Horizonte (2,6%) e São Paulo (2,2%).

De maneira coerente com os resultados encontrados para cada RM, as assimetrias entre os grupos de cor ou raça apresentaram queda nas regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte e São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro houve um aprofundamento na desigualdade de rendimentos entre brancos e pretos & pardos.

A maior redução se deu na RM do Recife, onde as assimetrias para ambos os sexos recuaram em 14,6 pontos percentuais. Em seguida, aparecem as regiões de Belo Horizonte e São Paulo, com queda de respectivamente 8,5 e 7,6 pontos percentuais. No caso do Rio de Janeiro, as assimetrias aumentaram em 4,3 pontos percentuais. Em junho de 2013, a RM com a maior desigualdade de rendimento era São Paulo (77%), mas foi ultrapassada pelo Rio de Janeiro, que atingiu 80% em junho de 2014.

Quando desagregamos por sexo, o comportamento das assimetrias de rendimento foi semelhante. Entre os homens, houve retração das desigualdades em Recife

(25,3 pontos percentuais), Belo Horizonte (13,1 pontos percentuais) e São Paulo (10,1 pontos percentuais); e aumento no Rio de Janeiro, de 4,9 pontos percentuais.

Entre as mulheres, a queda foi bem mais tímida nas regiões de Recife (0,2 ponto percentual), Belo Horizonte (2,5 pontos percentuais) e São Paulo (2,8 pontos percentuais). Houve aumento de assimetrias no Rio de Janeiro, de 1,1 pontos percentuais.

Tanto para homens quanto para mulheres, a RM com a maior desigualdade de rendimentos entre os grupos de cor ou raça era o Rio de Janeiro: em junho de 2014, o rendimento dos homens brancos era 82,2% maior que o dos pretos & pardos, enquanto o das mulheres brancas era 77,9% maior que o das mulheres pretas & pardas. A RM com menor desigualdade de rendimentos para ambos os grupos de sexo era Recife, com 34,1% para os homens e 55,2% para as mulheres.

#### **4. Evolução da taxa de desemprego em 4 RMs (tabelas III e IV)**

Em junho de 2014, houve declínio na taxa de desemprego aberto, em relação a junho de 2013, em todas as RMs pesquisadas. O indicador ficou em 6,2% para o Recife; 3,9% para Belo Horizonte; 3,2% para o Rio de Janeiro e 5,1% para São Paulo.

Em relação a junho de 2013, a queda mais significativa na taxa de desemprego foi na RM do Rio de Janeiro (2,1 pontos percentuais), seguida por São Paulo (1,5 pontos percentuais), Recife (0,4 ponto percentual) e Belo Horizonte (0,1 ponto percentual).

A PEA branca experimentou queda em três das quatro RMs pesquisadas. A exceção foi a RM de Belo Horizonte, na qual a taxa de desemprego aumentou em 0,1 ponto percentual, ficando em 3,3%. A RM que apresentou a menor taxa de desemprego para este grupo de cor ou raça foi a do Rio de Janeiro (2,8%), com queda de 1,7 pontos percentuais em relação a junho de 2013. Em seguida, temos as RMs de São Paulo (4,8%), com redução de 1,5 pontos percentuais; e Recife (5,8%), cuja queda foi de 0,3 ponto percentual.

Já para a PEA preta & parda, houve redução do desemprego em todas as regiões pesquisadas. A queda mais expressiva foi no Rio de Janeiro (2,4 pontos percentuais), seguida por São Paulo (1,7 pontos percentuais), Belo Horizonte (0,4 ponto percentual) e Recife (0,3 ponto percentual). Em junho de 2014, a taxa ficou em 6,2% para

Recife; 5,1% para São Paulo; 3,9% para Belo Horizonte e 3,2% para o Rio de Janeiro.

Em geral, a taxa de desemprego da PEA branca permaneceu mais baixa do que a da PEA preta & parda entre os grupos de sexo também. Apenas na região de São Paulo os homens brancos tiveram taxa de desemprego maior que os homens pretos & pardos, com cerca de 0,3 ponto percentual a mais. No restante das RMs, a taxa de desemprego dos homens pretos & pardos ainda era maior, com destaque para o Rio de Janeiro (1,3 pontos percentuais).

Entre as mulheres, houve maior desemprego para as pretas & pardas em todas as RMs, com destaque para São Paulo, onde a taxa das pretas & pardas era 2,4 pontos percentuais maior do que a das brancas.

## Tempo em Curso

### Elaboração escrita

Prof. Marcelo Paixão, Elaine Carvalho, Elisa Monçores, Hugo Saramago e Irene Rossetto

### Pesquisadores Assistentes

Elaine Carvalho  
Elisa Monçores  
Hugo Saramago

### Colaboradoras

Irene Rossetto

### Bolsista de iniciação científica

Guilherme Câmara

### Revisão de texto e copidesque

Alana Barroco Vellasco Austin

### Editoração

Erlan Carvalho

### Apoio

Fundação Ford



**FORDFOUNDATION**

*Na Linha de Frente das Mudanças Sociais*

### Equipe LAESER / IE / UFRJ

#### Coordenação Geral

Prof. Marcelo Paixão

#### Pesquisadores Assistentes

Prof. Cleber Lázaro Julião Costa  
Elaine Carvalho  
Elisa Monçores  
Hugo Saramago  
Iuri Viana

#### Colaboradores

Prof.<sup>a</sup> Azoilda Loretto  
Danielle Oliveira  
Irene Rossetto Giaccherino  
Prof. José Jairo Vieira

#### Bolsistas de iniciação científica

Clésio Lacerda (PIBIC–CNPq – UFRJ)  
Daniel Vainfas (PIBIC–CNPq – UFRJ)  
Guilherme Câmara (Fundação Ford)  
Jordão Andrade (Fundação Ford)

#### Secretaria

Luisa Maciel

## Anexo I. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

**Tabela I. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 13 (em R\$, jun / 14 - INPC)**

	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
<b>Homens Brancos</b>	2.220,11	2.959,82	3.106,27	2.845,87
<b>Mulheres Brancas</b>	1.564,03	2.025,69	2.231,68	2.023,48
<b>Brancos</b>	<b>1.894,50</b>	<b>2.504,91</b>	<b>2.697,38</b>	<b>2.468,87</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	1.392,74	1.690,99	1.751,46	1.560,33
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	1.006,18	1.179,42	1.262,43	1.188,47
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>1.227,69</b>	<b>1.461,39</b>	<b>1.535,30</b>	<b>1.395,11</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.439,96</b>	<b>1.889,11</b>	<b>2.127,94</b>	<b>2.093,00</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela II. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 14 (em R\$, jun / 14 - INPC)**

	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
<b>Homens Brancos</b>	2.026,28	2.911,72	3.351,65	2.784,35
<b>Mulheres Brancas</b>	1.697,50	2.048,84	2.472,13	2.034,82
<b>Brancos</b>	<b>1.860,61</b>	<b>2.492,14</b>	<b>2.944,98</b>	<b>2.435,24</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	1.511,43	1.798,44	1.839,33	1.621,50
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	1.093,43	1.210,36	1.389,79	1.214,91
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>1.331,39</b>	<b>1.530,11</b>	<b>1.635,75</b>	<b>1.437,60</b>
<b>PEA Total</b>	<b>1.496,27</b>	<b>1.892,76</b>	<b>2.266,63</b>	<b>2.106,29</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela III. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 13 (em % da PEA total)**

	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
<b>Homens Brancos</b>	5,5	2,6	2,8	5,2
<b>Mulheres Brancas</b>	6,7	3,8	6,4	7,4
<b>Brancos</b>	<b>6,1</b>	<b>3,2</b>	<b>4,6</b>	<b>6,2</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	5,9	3,7	4,6	6,1
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	7,7	5,8	7,7	8,9
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>6,7</b>	<b>4,6</b>	<b>6,0</b>	<b>7,4</b>
<b>PEA Total</b>	<b>6,5</b>	<b>4,1</b>	<b>5,3</b>	<b>6,6</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela IV. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, quatro Regiões Metropolitanas, Brasil, jun / 14 (em % da PEA)**

		Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo
<b>Homens Brancos</b>		4,9	2,8	2,1	4,5
<b>Mulheres Brancas</b>		6,6	3,9	3,6	5,1
<b>Brancos</b>		<b>5,8</b>	<b>3,3</b>	<b>2,8</b>	<b>4,8</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>		5,9	3,8	3,4	4,1
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>		7,1	4,8	3,8	7,5
<b>Pretos &amp; Pardos</b>		<b>6,4</b>	<b>4,3</b>	<b>3,6</b>	<b>5,7</b>
<b>PEA Total</b>		<b>6,2</b>	<b>3,9</b>	<b>3,2</b>	<b>5,1</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela V. Saldo de admissões (admitidos-desligados) no mercado de trabalho formal, Brasil, jun / 13 - jun / 14 (em número de trabalhadores)**

2013								2014					
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
<b>Homens Brancos</b>	12.413	-9.896	13.107	36.055	-3.992	-30.514	-168.150	12.622	51.522	-18.794	13.014	-18.696	-27.036
<b>Mulheres Brancas</b>	19.334	-3.183	29.413	32.215	15.081	23.779	-106.621	-17.558	56.377	1.096	15.838	7.801	-7.221
<b>Brancos</b>	<b>31.747</b>	<b>-13.079</b>	<b>42.520</b>	<b>68.270</b>	<b>11.089</b>	<b>-6.735</b>	<b>-274.771</b>	<b>-4.936</b>	<b>107.899</b>	<b>-17.698</b>	<b>28.852</b>	<b>-10.895</b>	<b>-34.257</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	47.546	31.808	41.201	89.363	42.216	-4.014	-122.049	21.751	72.770	7.154	23.422	23.493	24.246
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	34.946	17.902	29.468	36.196	25.740	44.021	-27.864	-9.214	47.433	17.035	35.998	31.509	24.595
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>82.492</b>	<b>49.710</b>	<b>70.669</b>	<b>125.559</b>	<b>67.956</b>	<b>40.007</b>	<b>-149.913</b>	<b>12.537</b>	<b>120.203</b>	<b>24.189</b>	<b>59.420</b>	<b>55.002</b>	<b>48.841</b>
<b>PEA Total</b>	<b>123.836</b>	<b>41.463</b>	<b>127.648</b>	<b>211.068</b>	<b>94.893</b>	<b>47.486</b>	<b>-449.444</b>	<b>29.595</b>	<b>260.823</b>	<b>13.117</b>	<b>105.384</b>	<b>58.836</b>	<b>25.363</b>

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

**Tabela VI. Taxa de rotatividade no emprego com carteira assinada, Brasil, jun / 13 - jun / 14 (em %)**

2013								2014					
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
<b>Homens Brancos</b>	34,9	35,0	34,9	35,0	35,1	35,1	35,3	35,0	35,0	34,7	34,7	34,7	34,5
<b>Mulheres Brancas</b>	32,4	32,5	32,4	32,4	32,5	32,4	32,5	32,4	32,3	32,2	32,1	32,0	31,8
<b>Brancos</b>	<b>33,9</b>	<b>34,0</b>	<b>33,9</b>	<b>34,0</b>	<b>34,1</b>	<b>34,0</b>	<b>34,1</b>	<b>34,0</b>	<b>33,9</b>	<b>33,7</b>	<b>33,6</b>	<b>33,6</b>	<b>33,4</b>
<b>Homens Pretos &amp; Pardos</b>	47,8	47,8	47,8	47,7	47,9	48,1	48,6	48,5	48,6	48,4	48,4	48,6	48,4
<b>Mulheres Pretas &amp; Pardas</b>	33,3	33,6	33,7	33,8	34,1	33,8	34,0	34,2	34,3	34,5	34,5	34,6	34,5
<b>Pretos &amp; Pardos</b>	<b>43,4</b>	<b>43,5</b>	<b>43,5</b>	<b>43,5</b>	<b>43,7</b>	<b>43,6</b>	<b>43,9</b>	<b>43,9</b>	<b>44,0</b>	<b>44,0</b>	<b>44,0</b>	<b>44,1</b>	<b>43,9</b>
<b>PEA Total</b>	<b>38,4</b>	<b>38,6</b>	<b>38,5</b>	<b>38,6</b>	<b>38,8</b>	<b>38,7</b>	<b>38,9</b>	<b>38,8</b>	<b>38,8</b>	<b>38,7</b>	<b>38,6</b>	<b>38,7</b>	<b>38,5</b>

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: São desconsiderados desligamentos voluntários, por transferências, aposentadorias ou por falecimento do trabalhador.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

## Anexo II. Quadro dos pontos programáticos dos candidatos à Presidência da República na área da promoção de igualdade racial

AÉCIO NEVES (PSDB)	
PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>II. CIDADANIA</i>	
<i>II.IV. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR ALIMENTAR</i>	
11. Reconhecimento do potencial econômico do extrativismo praticado pelas <b>populações tradicionais</b> , nos vários biomas. ....	14
<i>II.VI. DIREITOS HUMANOS</i>	
Será dada forte prioridade às políticas afirmativas em relação aos setores mais vulneráveis de nossa sociedade, em especial às mulheres, idosos, crianças, <b>afrodescendentes</b> , LGBT, <b>quilombolas</b> , ciganos, povos indígenas e pessoas com deficiência. ....	15
7. Elaboração do 4º Plano Nacional de Direitos Humanos que, no marco dos princípios constitucionais do nosso Estado Democrático de Direito, complete e aperfeiçoe as políticas públicas relativas aos direitos humanos, em especial quanto aos setores mais vulneráveis como mulheres, crianças, idosos, <b>afrodescendentes</b> , LGBT, <b>quilombolas</b> , ciganos, pessoas com deficiências, vítimas da violência e indígenas. ....	16
8. Defesa e manutenção das <b>ações afirmativas</b> de inclusão social, inclusive <b>cotas</b> , em razão de <b>raça</b> . ....	16
15. Adoção de ações de repúdio ao terrorismo e ao racismo, em todas as suas manifestações. ....	17
16. Apoio às estruturas estaduais e municipais de direitos humanos e de combate à <b>discriminação</b> e ao <b>racismo</b> . ....	17
17. Implementação de políticas públicas contra a qualquer tipo de <b>intolerância</b> . ....	17
18. Apoio a linhas de pesquisa universitárias relativas a <b>questão étnico-racial</b> e de diversidade sexual. ....	17
20. Estímulo aos movimentos <b>afrodescendentes</b> , LGBT, indígena e cigano para promoção de eventos contra o <b>racismo</b> e a homofobia. ....	17
21. Implementação de programas de apoio e auxílio a comunidades <b>quilombolas</b> . ....	17
22. Apoio a ações estaduais e municipais destinadas a promoção da <b>igualdade racial</b> . ....	17
23. Organização de Protocolos de Prevenção ao <b>Racismo</b> e Discriminação por Orientação Sexual com participação das Políticas de Justiça, Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde e <b>Igualdade Racial</b> em ampla parceria com a sociedade civil ....	17
26. Oitiva permanente, através do Fórum Nacional de Diálogo, das reivindicações dos movimentos sociais que lutam pela garantia de direitos de <b>Negros</b> , Indígenas, Ciganos, <b>Quilombolas</b> e LGBT. ....	17
27. Garantia de metas especiais para alfabetização e aumento da escolaridade da comunidade <b>afrodescendente</b> . ....	17
28. Articulação das Políticas de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Educação, Previdência, Direitos Humanos e Justiça para garantir que o Governo atue de forma permanente e integrada na defesa e no acesso a todos os direitos sociais das comunidades <b>afrodescendentes</b> , indígenas, <b>quilombolas</b> , ciganas e LGBT. ....	17
<i>II.VII. HABITAÇÃO</i>	
16. Atendimento aos segmentos vulneráveis da população com soluções habitacionais adaptadas às diferentes situações socioeconômicas - indígenas, <b>quilombolas</b> e comunidades rurais. ....	21
<i>II.XIII. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL</i>	
3. Universalização do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo da população e para a produção de alimentos da agricultura familiar, de povos e <b>comunidades tradicionais</b> e da pesca e aquicultura, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica. ....	28
7. Respeito às <b>comunidades tradicionais</b> e aos hábitos alimentares locais. ....	28
<i>IX. SUSTENTABILIDADE</i>	
<i>IX.IV. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE</i>	
7. Reconhecimento do papel das <b>populações tradicionais</b> na conservação da biodiversidade. Valorização do conhecimento dessas populações mediante política e legislação específicas. ....	74
DILMA ROUSSEFF (PT)	
PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
A grande transformação que os governos do PT e de seus aliados vêm promovendo no ensino expressa-se, também, na duplicação do número de matrículas nas universidades brasileiras entre 2002 e 2013. Expressa-se na adoção da <b>lei de cotas nas universidades públicas</b> e nos 3 milhões de estudantes que tiveram oportunidade de fazer um curso superior graças ao ProUni e ao FIES. Expressa-se também nas 18 novas universidades federais e 173 campus criados nos últimos 12 anos. ....	12
Chegou a hora de alçarmos o Brasil à condição de desenvolvido e justo, uma Nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, de cuidar da sua saúde, ter casa para morar, condições dignas de viver nas cidades e no campo. Um país onde todas as pessoas tenham os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao mercado de consumo; à dignidade, à igualdade de condições, independentemente de sua <b>raça</b> , credo ou <b>cor</b> . ....	15
Fortaleceremos a reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono e a aposta no uso de recursos naturais como a melhor forma de sua preservação, em especial pelas <b>populações tradicionais</b> que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade. ....	17
Ainda no elenco de desafios institucionais, a luta pelos direitos humanos se mantém, sempre, como prioridade, até que não existam mais brasileiros tratados de forma vil ou degradante, ou discriminados por <b>raça</b> , <b>cor</b> , credo, sexo ou opção sexual. ....	20
A luta contra a <b>discriminação</b> e a promoção da <b>igualdade racial</b> continuaram tarefas prioritárias de nosso governo. Temos o desafio de tornar realidade a <b>Lei de Cotas no serviço público federal</b> , sancionada em junho de 2014, garantindo-lhe a mesma efetividade já alcançada pela <b>lei de cotas nas universidades públicas</b> . ....	21
De especial importância para o futuro de nosso Brasil, é o enfrentamento da violência contra jovens negros e para isso fortaleceremos e ampliaremos o <b>Programa Juventude Viva</b> . ....	21

## EDUARDO JORGE (PV)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>3. MAIS BRASIL E MENOS BRASÍLIA. FEDERAÇÃO/ESTADO</i>	
<i>PROPOSTA PV, 14 MINISTÉRIOS:</i>	
4) Direitos humanos, Gênero, Nações Indígenas e <b>Reparação das Sequelas da Escravidão</b> ..... 11	
<i>8. CULTURA DE PAZ</i>	
8.2 ÍNDIOS, <b>NEGROS</b> , LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA ..... 26	
Quanto aos <b>negros</b> , o PV é o partido dos ideais de André Rebouças e Luís Gama. ..... 26	
A não adoção pela República das medidas de inclusão social previstas por eles na ocasião da abolição da <b>escravidão</b> no final do Império levou à situação que hoje continuamos com o dever de reparar as sequelas do longo período da <b>escravidão</b> . ..... 26	

## PASTOR EVERALDO (PSC)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>LIBERDADES CIVIS</i>	
(X) garantir tratamento estatal isonômico para toda a sociedade, com a promoção de políticas públicas que garantam que os menos afortunados possuam condições satisfatórias para exercício do autodesenvolvimento, sem distinção de <b>cor</b> , credo ou qualquer outra forma discriminatória; ..... 9	

## ZÉ MARIA (PSTU)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>15. COMBATE AO RACISMO</i> ..... 4	
A população <b>negra</b> é a que mais sofre a exploração e a opressão em nossa sociedade. São os que recebem os menores salários e a violência genocida da Polícia Militar nas periferias. Herança do período da <b>escravidão</b> que não foi superado, o Brasil é, ao contrário do que diz o mito da democracia racial, um país <b>racista</b> . O PSTU se orgulha de ter feito parte da história do movimento <b>negro</b> no Brasil e entende que a luta contra o <b>racismo</b> é uma luta de <b>raça</b> e classe. O PSTU defende uma política de combate ao <b>racismo</b> e de compensação ao povo <b>negro</b> , como a ampliação do <b>sistema de cotas nas universidades e serviços públicos</b> . ..... 4	

## EYMAEL (PSDC)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
Não foi encontrada menção às palavras-chaves relacionadas a políticas de promoção de igualdade racial.	

## LEVY FIDELIX (PRTB)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
Não foi encontrada menção às palavras-chaves relacionadas a políticas de promoção de igualdade racial.	

## LUCIANA GENRO (PSOL)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>EIXO 2 – SISTEMA POLÍTICO E DEMOCRACIA</i>	
Uma reforma política real tem que interferir naquilo que tem feito da política um grande negócio: o financiamento das campanhas por empresas privadas. Trabalharemos para que sejam aprovadas leis que coibam a influência do poder econômico sobre os processos eleitorais, tal como sugere a Coalizão Democrática por Eleições Limpas e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política. Na mesma medida, incentivaremos e garantiremos a participação dos setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, <b>negros</b> e outros setores sociais hoje sub-representados. ..... 6	
<i>EIXO 3 – MAIS E MELHORES DIREITOS</i>	
O combate ao <b>racismo</b> também se fortaleceu nos últimos anos. O <b>racismo</b> que existe nas relações da sociedade brasileira vai além dos episódios mais gritantes que hora ou outra chama à atenção da opinião pública, ele está presente no cotidiano da população. A sociedade brasileira é composta na sua maioria por <b>negras e negros</b> nos impondo o desafio urgente de combater o <b>racismo</b> , erradicar as diferenças e a apartação existentes que levam um segmento tão amplo da sociedade a ser excluído de boa parte dos direitos. ..... 7	
Devemos lembrar que o Brasil é o quarto país do mundo em população carcerária, atrás apenas dos EUA, Rússia e China. Levantamento feito pelo Instituto Avante Brasil, com dados do InfoPen, do Ministério da Justiça, apontou um crescimento de 508,8% na população carcerária brasileira no período de 1990 a 2012. E quem são estes presos? No ano de 2012 os <b>pardos e negros</b> eram ampla maioria. Também era maioria os que têm o Ensino Fundamental Incompleto. Os jovens também eram maioria: quase 30% tinha entre 18 e 24 anos e 25,3% entre 25 e 29 anos. Neste contexto, o comércio ilícito de entorpecentes aparece em segundo lugar de incidência (atrás dos crimes patrimoniais) atingindo 24,43% da população carcerária em geral, e no que diz respeito à população carcerária feminina, é a principal causa de encarceramento, atingido 49,65% das presas. ..... 8	
Neste sentido apresentamos um conjunto de propostas que começa apontando para o fim da chamada guerra às drogas. Esta guerra é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao <b>racismo</b> . A morte de Amarildo, Cláudia e DG, dentre tantos outros, também é resultado da guerra às drogas. Ela legitima a violência e as violações aos direitos humanos cometidas pelo próprio Estado contra os pobres. Muito embora insuficiente do ponto de vista da desestruturação do tráfico e de todas as suas consequências, a descriminalização da maconha é um inegável passo adiante. O Uruguai é o primeiro país da América Latina a legalizar o uso, plantio e venda da maconha. O consumo já não era mais crime há muitos anos e a principal preocupação do governo foi impedir o narcotráfico de seguir dominando o mercado. Este é o caminho que queremos seguir. ..... 8-9	

## MARINA SILVA (PSB)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>D. EIXOS PROGRAMÁTICOS PARA O NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	
<i>A) ESTADO E A DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE</i>	
A mudança na qualidade da Política é um desafio que tem que ser enfrentado pela Coligação Unidos Pelo Brasil, por meio de várias iniciativas que estimulem os jovens à participação ativa na vida política e ao pleno exercício da cidadania, com apoio a jovens indígenas, de famílias <b>quilombolas</b> e das periferias. A igualdade de gênero é outro postulado que pretendemos fortalecer por meio de políticas públicas específicas que estimulem a participação da mulher na política e em todas as instâncias de poder. ....	16
<i>C) EDUCAÇÃO, CULTURA E INOVAÇÃO</i>	
Essa formação deve dialogar com a cultura brasileira, plural e dinâmica, com a valorização dos patrimônios material, imaterial e natural locais, assim como seus saberes e fazeres, com respeito aos sujeitos, às diferentes temporalidades históricas, à diversidade e pluralidade cultural. Uma sociedade plural como a nossa deve assumir de forma integral o direito à diversidade, considerando indígenas, <b>quilombolas</b> , <b>negros</b> , mulheres, juventude, LGBTTs, pessoas com deficiência, populações das periferias urbanas e outros grupos e minorias. ....	19
<i>E) NOVO URBANISMO E O PACTO PELA VIDA</i>	
A sensação de insegurança generalizada, que é repercutida diariamente pelos meios de comunicação de massa, evidencia os limites atuais da política de segurança, que ainda não se tornou prioridade nacional. Morrem de forma violenta no Brasil essencialmente homens, jovens, <b>negros</b> e pobres. Repõe-se, portanto, no tema da segurança, o processo de exclusão social, que não pode ser superado apenas por meio da atuação policial. ....	21
<i>EIXO 2 – ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	
<i>2.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS</i>	
• Associar o apoio à organização social e gerencial dos produtores locais e das <b>comunidades tradicionais</b> , o uso sustentável da biodiversidade brasileira e a agregação de valor por meio de atuação intersetorial e acesso à tecnologia adequada. ....	29
<i>2.10 MEIO AMBIENTE</i>	
<i>2.10.2 INCENTIVO ÀS ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS</i>	
• Criar programa público de compensação financeira a <b>comunidades tradicionais</b> e agricultores familiares por serviços de preservação de recursos naturais e conservação da biodiversidade. ....	35
<i>EIXO 3 – EDUCAÇÃO, CULTURA E INOVAÇÃO</i>	
<i>3.4 IDENTIDADES E RECONHECIMENTO DAS DIVERSIDADES CULTURAIS</i>	
• Implementar a Política Nacional de Povos e <b>Comunidades Tradicionais e Quilombolas</b> , reconhecendo e respeitando seus direitos, conhecimentos, práticas, tradições e suas formas de organização social. ....	39
• Intensificar os processos de reconhecimento dos <b>quilombos</b> e o apoio à gestão de seus territórios. ....	39
• Garantir aos diferentes grupos <b>étnicos</b> , <b>raciais</b> , religiosos, de gênero e aqueles apoiados nas diferentes opções sexuais o espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas. ....	39
• Reforçar políticas de <b>igualdade racial</b> , inclusive a <b>manutenção das cotas</b> , como parte de um processo de restauração do equilíbrio aos desequilíbrios históricos contra as minorias. ....	39
<i>EIXO 5 – NOVO URBANISMO E PACTO PELA VIDA</i>	
<i>5.5 SEGURANÇA PÚBLICA</i>	
O Brasil registra dados alarmantes de segurança. Em 2012, a taxa de homicídios chegou a 24,3 por 100.000 habitantes, ultrapassando 70 homicídios por 100.000 habitantes nos estados mais violentos. Uma proporção próxima de 5% de todas as mortes no Brasil foi causada por homicídios. Esses números colocam o Brasil no mesmo patamar de violência de países em guerra. E pior, as vítimas de homicídios são, em sua maioria, homens (92%) e <b>negros</b> (71,4%), reforçando, portanto, uma visão de maior violência contra a população <b>negra</b> e de menor renda, dada a exclusão social que ainda persiste no país em relação a esses grupos. ....	49

## MAURO IASI (PCB)

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<i>INTRODUÇÃO</i>	
Os graves problemas com que se defrontam os trabalhadores e o conjunto da população brasileira não serão resolvidos pela manutenção e desenvolvimento do mercado e da economia capitalista, uma vez que, com as crises, até mesmo os aparentes ganhos momentâneos acabam sendo revertidos em favor da prioridade efetiva que é garantir as taxas de lucro das empresas. Não é mais possível pensarmos que se enfrentarão as profundas desigualdades existentes – a falta de serviços essenciais à vida humana (alimentação, moradia, transporte, educação, saúde, lazer, cultura, etc.), a barbárie em que se transforma a civilização do capital e da mercadoria, com o genocídio dos pobres, dos <b>negros</b> , das populações indígenas – aplicando políticas que visem ampliar o acesso aos bens materiais com o simples crescimento econômico capitalista, o que só faz aumentar a destruição da natureza e acaba concentrando ainda mais a riqueza na forma de lucros acumulados privadamente. ....	1
<i>CRISE E REBELDIA: NAS RUAS ROMPENDO O APASSIVAMENTO</i>	
Culturalmente vivemos uma época de regressão: uma profunda individualização da vida, o reaparecimento e fortalecimento de estígmas e preconceitos, como o recrudescimento do machismo, da homofobia, da xenofobia e do <b>racismo</b> , da <b>intolerância religiosa</b> aqui e no mundo todo que seguiu pelo mesmo caminho. Os que vivem da cultura são obrigados a sobreviver no balcão de projetos, sem uma política cultural que garanta produção e acesso a bens culturais relevantes, enquanto o mercantilização da vida atinge a forma de uma poderosa indústria cultural que dissemina bens de qualidade duvidosa e produz em escala generalizada uma manada de consumidores apaixonados da mercadoria “cultural” esvaziada de qualquer conteúdo reflexivo, criativo e emancipador. ....	5
<i>SEGUNDO EIXO: A NECESSIDADE E URGÊNCIA DA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA GARANTIR A VIDA</i>	
O desenvolvimento do capitalismo e dos meios de produção a ele subordinados não leva ao lento aprimoramento da sociedade humana e concomitantemente ao seu aperfeiçoamento político (processo de democratização gradual) e cultural expresso em valores civilizatórios (direitos humanos, diminuição dos preconceitos, estígmas e opressões específicas como aqueles ligados às relações sociais de sexo, <b>etnia</b> , regionalidade, etc.). Pelo contrário, sua continuidade leva à barbárie, a qual se manifesta não como possibilidade, mas como realidade presente, na degradação societária própria da ordem burguesa contemporânea que se caracteriza cada vez mais pela <b>intolerância</b> , irracionalidade, violência, consumo desenfreado, individualismo, <b>racismo</b> , sexismo, homofobia, xenofobia, etc. A civilização do capital se converteu em barbárie, a barbárie é a forma atual da civilização capitalista. ....	10
Em um primeiro momento, deverão ser transformados em meios sociais de produção o solo e o subsolo, incluindo todas as riquezas naturais que são a base sobre a qual é possível a garantia da vida. Desta maneira realizam-se, mas que uma reforma agrária como mera distribuição de terra, as condições de os trabalhadores agrícolas e pequenos camponeses disporem dos meios e recursos para garantir sua vida e participar ativamente da produção de parte dos bens necessários à vida de toda a sociedade. Da mesma maneira, garante-se a terra aos povos originários e <b>quilombolas</b> , integrando-os ao esforço coletivo de produção social da vida e da existência, respeitadas suas especificidades culturais e políticas. ....	11

PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<b>TERCEIRO EIXO: A CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR</b>	
O Poder Popular já existe no aqui e agora das lutas dos trabalhadores, na luta pela terra e nos assentamentos, na luta urbana por moradia, na luta contra a privatização da saúde e em defesa da educação pública, na resistência contra a violência policial, nas greves e resistências dos trabalhadores nas fábricas e nos diferentes espaços de exploração do trabalho, na luta das mulheres, na resistência dos povos indígenas e <b>quilombolas</b> , na luta contra todas as formas de preconceito. No entanto, o Poder Popular ainda não existe pelo fato de que estas iniciativas não se unificam em um programa, nem se apresentam como alternativa de poder. ....	14
<b>21 PONTOS INICIAIS DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA O BRASIL</b>	
20. Contra o <b>racismo</b> , o machismo, a homofobia, a xenofobia e todas as formas de preconceito. ....	19
<b>RUI COSTA PIMENTA (PCO)</b>	
PROPOSTAS DO PROGRAMA DE GOVERNO	Página
<b>3. JUNHO DE 2013: REAÇÃO À REPRESSÃO DA DIREITA TUCANA E GOLPISMO DA DIREITA</b>	
3.7 Denunciamos a brutal onda repressiva que se acentuou em todo o País contra a população trabalhadora (UPP's e outras formas de ocupação de comunidades operárias; aumento da matança da população pobre e <b>negra</b> pela PM, assassinatos de sem terras etc.), suas organizações (pesadas multas contra sindicatos, intervenção da Justiça e do MTE nas organizações sindicais de diversas formas) e contra suas lutas (brutal repressão contra as greves, decretação de "ilegalidade" das mobilizações operárias como na ditadura militar etc.). ....	2
<b>6. POR UM PROGRAMA DE LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA DA CIDADE E DO CAMPO</b>	
6.1 A tarefa central do momento presente é a luta pela independência política dos trabalhadores em relação a todas as variantes da política burguesa. Esta luta passa pela defesa, nestas eleições, contra os candidatos burgueses e pequenoburgueses, de candidaturas socialistas representativas das lutas da classe operária, dos trabalhadores rurais, da juventude, das mulheres e dos <b>negros</b> . ....	3
<b>7. CONTRA A CONSTITUIÇÃO GOLPISTA, POR UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, LIVRE E SOBERANA</b>	
7.8 Casos como o de Amarildo e Cláudia (no RJ) – ambos <b>negros</b> - assassinados PM, as UPP's, nos massacres dos sem-terra, evidenciam os métodos de terror que o atual regime usam contra a população pobre, de maioria <b>negra</b> no País. ....	4
<b>8. O PROGRAMA DO PCO, PARA AS ELEIÇÕES E PARA AS LUTAS DOS TRABALHADORES – SALÁRIO, TRABALHO E TERRA</b>	
8.8. FIM DA REPRESSÃO E TERROR CONTRA A POPULAÇÃO TRABALHADORA: DISSOLUÇÃO DA PM E DE TODO O APARATO REPRESSIVO	
8.8.2 Acabar com a máquina de guerra e terror contra a população pobre e <b>negra</b> que é a Polícia Militar: Dissolução da PM e de todo o aparato repressivo. ....	5
<b>8.11 EM DEFESA DOS DIREITOS DOS NEGROS</b>	
8.11.1 Abaixo o desemprego que tem como maior vítima a população <b>negra</b> . O desemprego que assola, o país atingindo o conjunto dos trabalhadores, tem como primeiro alvo o <b>negro</b> . Esta situação é o resultado de uma política consciente decorrente do processo do fim da escravidão que submeteu o <b>negro</b> liberto à condições de vida subumanas, sem formação educacional e profissional adequadas para concorrer com o branco sob igualdades de condições. Logo, além dos baixos salários, o <b>negro</b> é o primeiro a ser demitido diante da crise capitalista. ....	6
8.11.3 Defender a Saúde do povo <b>Negro</b> : ....	7
8.11.3.1 Não à privatização da saúde. Atendimento aos portadores de doenças <b>etno-raciais</b> pelo SUS. Para os governos capitalistas não existe necessidade de um programa de saúde para combater as doenças que matam a população <b>negra</b> . Por outro lado, os índices oficiais indicam que as três principais causa de óbito entra a população <b>negra</b> é o alcoolismo, a pressão alta e anemia falciforme. E por sua vez, os médicos garantem que as mortes ocorrem por falta de um diagnóstico correto. Assim, é necessário uma campanha política de esclarecimento e por reivindicações imediatas que impeçam a permanência dessa situação. ....	7
8.11.3.2 Pela realização de exames laboratoriais nos recém-nascidos para diagnóstico de hemoglobinopatias - anemias falciformes e leucopenia. ....	7
8.11.3.3 Pela assistência e acompanhamento médicofinanceiro para os portadores destas doenças. Pela realização de uma campanha de esclarecimento e educativa sobre anemia falciforme e leucopenia. ....	7
8.11.4. Defender os direitos democráticos da população <b>negra</b>	
8.11.4.1 de existir uma legislação contra a " <b>discriminação racial</b> ", a população <b>negra</b> é diariamente submetida de todas as formas, diretas e indiretas, vis e sutis, a uma situação de população sem direitos, uma vez que, devido ao rebaixamento das suas condições sociais, econômicas e culturais, está segregada e foi condicionada a viver de forma ultrajante. Apenas uma parcela da classe média <b>negra</b> e uns poucos que ascenderam à burguesia podem se desenvolver intelectualmente e têm conhecimentos necessários para reivindicar os mesmos direitos democráticos assegurados aos brancos. Entretanto, não será através de <b>políticas e ações afirmativas</b> que a população <b>negra</b> acabará com a opressão <b>racial</b> , mas somente por meio da luta política capaz de destruir o estado burguês no processo revolucionário pela construção do socialismo. ....	7
8.11.4.2 Abaixo os critérios <b>racistas</b> para a contratação de trabalhadores, como, por exemplo, o odioso critério da suposta "boa aparência" e a exigência de fotos no currículum. ....	7
8.11.4.3 Salários iguais para funções iguais. Direito de acesso igual para os <b>negros</b> em todas as funções públicas. ....	7
8.11.5 Abaixo a opressão <b>racial</b> , pelo direito à autodefesa! ....	7
8.11.5.3 Revisão de todos os processos contra os <b>negros</b> . Pela formação de uma Comissão especial de <b>entidades negras</b> para acompanhar os processos. ....	7
8.11.6. Em defesa da <b>cultura negra</b>	
8.11.6.1 Abaixo a privatização do carnaval - pelo fim das cordas; carnaval de rua sob o controle das <b>entidades negras</b> e populares. ....	7
8.11.6.2 Que a cultura do <b>negro brasileiro</b> seja matéria regular do currículo a disposição de todos os estudantes. ....	7
8.11.7 Pelo garantia da posse de terras aos <b>remanescentes de quilombos</b> .	
<b>9. POR UM PARTIDO OPERÁRIO, REVOLUCIONÁRIO E DE MASSAS</b>	
9.2 Sobre esta base, deverá surgir através das etapas da luta um partido operário amplo, que grupe os principais sindicatos e militantes operários e da juventude, os movimentos de mulheres, agrários, de <b>negros</b> etc. Para isso, é preciso lutar por uma imprensa independente e denunciar a imprensa capitalista reacionária e golpista. Esse é o sentido geral da luta revolucionária na etapa atual. ....	8

Fonte: Programas das candidaturas presidenciais disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>). Último acesso em 31 de julho de 2014.